

O episódio do Velho do Restelo: projectos de Portugal em vozes cruzadas. Uma homenagem a Borges de Macedo

Margarida Garcez Ventura
Universidade de Lisboa/Academia Portuguesa da História
margaridagarcezventura@gmail.com

Recebido em: 23/11/2017
Aprovado em: 15/12/2017

Resumo :

A propósito do camoniano episódio do Velho do Restelo trazemos as vozes diacrónicas de Camões e de Zurara sob a égide da análise contemporânea de Borges de Macedo. Através de testemunhos plenos de alternativas e dúvidas, estes homens interrogam-se e interrogam-nos sobre as formas estar no mundo enquanto estado, sobre alianças e conflitos e sobre a capacidade de governar em espaços e tempos dinâmicos.

Palavras-chave: Camões, Zurara, Jorge Borges de Macedo; Islão; Benamarim, Índia.

Abstract :

With regard to the Camonian episode of the Old Man of the Restelo we bring the diachronic voices of Camões and Zurara under the aegis of the contemporary analysis of Borges de Macedo. Through testimonies full of alternatives and doubts, these men question themselves and question us about the ways of being in the world as a state, about alliances and conflicts, and about the capacity to govern in dynamic spaces and times.

Keywords : Camões, Zurara, Jorge Borges de Macedo; Islão; Benamarim, Índia.

Quando, em 2001, escrevi um breve estudo-homenagem a Jorge Borges de Macedo (VENTURA, 2001), apercebi-me de duas situações. Em primeiro lugar, a fortíssima filiação que permanecia entre mim e o Mestre, falecido havia cinco anos. Nada de muito original, pois que se têm multiplicado os testemunhos de numerosos discípulos (MACEDO, 2005), se bem que não com tanta regularidade e profundidade quanto seria imprescindível para impedir o esquecimento que se abate sobre os Mestres, passada que é a geração que os escutou, como exaustivamente nos lembrou Armando Luís de Carvalho Homem (ESTUDOS EM MEMÓRIA, 2009: 177-235). Para além desta constatação, que só importa para a análise das continuidades e das rupturas de uma Escola, uma outra convicção se reavivou no meu espírito: nos escritos de Borges de Macedo sobre Camões, ou melhor, sobre **Os Lusíadas**, configura-se, não só uma original interpretação sobre o pensamento político do poeta, mas também aquilo a que podemos chamar uma «Teoria da História» do autor. Efectivamente, foi nos estudos camonianos que Borges de Macedo, porventura de forma mais clara, reflectiu sobre a História e, por isso, sobre a narrativa dessa mesma história e suas intencionalidades, em particular da História de Portugal.

Não quero alongar-me no levantamento dos temas camonianos estudados por Borges de Macedo. Bastará referir o inventário que então realizei, no qual se destaca a colectânea editada em 1979 com o título **Os Lusíadas e a História**; e bastará lembrar que foi sobre Camões que Borges de Macedo falou na sua Última Lição, na Faculdade de Letras, proferida a 16 de Dezembro de 1991 (MACEDO, 1995).

De todos os seus trabalhos camonianos, e para o que agora nos interessa, lembro o estudo apresentado na I Reunião Internacional de Camonistas (em 1972, no âmbito das comemorações do 4º centenário da publicação de **Os Lusíadas**), com o título «Os Lusíadas, narrativa histórica comentada», depois inserido no supracitado **Os Lusíadas e a História**.

*

Entremos sem mais delongas na minha tese: a teoria da História (e mesmo a filosofia da História) de Borges de Macedo passa pelo acentuar, ou mesmo pelo desvendar, dos debates e das alternativas que se colocam num determinado período histórico. Borges de Macedo demonstrava, assim, o repúdio por todas as formas de determinismo e valorizava a vivência da dúvida e o processo de formação de caminhos, os quais, após terem sido escolhidos e trilhados no tempo, se tornaram como que

axiomas do pensamento e da acção política portugueses, isto é, «constantemente» da História de Portugal ou – usando a expressão de Didi Hubermann –, se tornaram «memórias socialmente impressas». É na sua interpretação do chamado «episódio do Velho de Restelo» que isto está mais patente.

Lembremos a narrativa (**Os Lusíadas**: IV, 94-104¹), que Camões coloca no final da longa narrativa da história de Portugal feita por Vasco da Gama ao rei de Melinde. A 8 de Julho de 1497 parte do Restelo a frota, capitaneada por Vasco da Gama, que irá descobrir o caminho marítimo para a Índia. O poeta, após descrever o enquadramento humano da despedida, acentuando a dor e a saudade dos que partiam e dos que ficavam, evoca as palavras de um velho:

94. «Mas um velho, d' aspeito venerando, / Que ficava nas praias,
entre a gente, / Postos em nós os olhos, meneando / Três vezes a cabeça,
descontente, / A voz pesada um pouco alevantando, / Que nós no mar ouvimos
claramente, / Cum saber só d' experiências feito, / Tais palavras tirou do
experto peito: / 95. «Ó glória de mandar, ó vã cobiça / Desta vaidade a quem
chamamos Fama! / Ó fraudulento gosto, que se atiça / Cũa aura popular, que
honra se chama! / Que castigo tamanho e que justiça / Fazes no peito vão que
muito te ama! / Que mortes, que perigos, que tormentas, / Que crueldades
neles experimentas! / 96. «Dura inquietação d' alma e da vida / Fonte de
desemparos e adultérios, / Sagaz consumidora conhecida / De fazendas, de
reinos e de impérios! / Chamam-te ilustre, chamam-te subida, / Sendo dina de
infames vitupérios; / Chamam-te Fama e Glória soberana, / Nomes com quem
se o povo néscio engana! / 97. «A que novos desastres determinas / De levar
estes Reinos e esta gente? / Que perigos, que mortes lhe destinás, / Debaixo
dalgum nome preminente? / Que promessas de reinos e de minas / D' ouro, que
lhe farás tão facilmente? / Que famas lhe prometerás? Que histórias? / Que
triumfos? Que palmas? Que vitórias? / 98. «Mas, ó tu, geração daquele insano
/ Cujo pecado e desobediência / Não somente do Reino soberano / Te pôs neste
desterro e triste ausência, / Mas inda doutro estado mais que humano, / Da
quieta e da simples inocência, / Idade d' ouro, tanto te privou, / Que na de ferro
e d' armas te deitou: / 99. «Já que nesta gostosa vaidade / Tanto enlevas a leve
fantasia, / Já que à bruta crueza e feridade / Puseste nome, esforço e valentia,
/ Já que prezas em tanta quantidade / O desprezo da vida, que devia / De ser
sempre estimada, pois que já / Temeu tanto perdê-la Quem a dá: / 100. «Não
tens junto contigo o Ismaelita, / Com quem sempre terás guerras sobejas?
/ Não segue ele do Árábio a lei maldita, / Se tu pola de Cristo só pelejas? / Não

tem cidades mil, terra infinita, /Se terras e riqueza mais desejas? /Não é ele por armas esforçado, /Se queres por vitórias ser louvado? /101. «Deixas criar às portas o inimigo, /Por ires buscar outro de tão longe, /Por quem se despovoe o Reino antigo, /Se enfraqueça e se vá deitando a longe; /Buscas o incerto e incógnito perigo /Por que a Fama te exalte e te lisonje /Chamando-te senhor, com larga cópia, /Da Índia, Pérsia, Arábia e de Etiópia. /102. «Oh, maldito o primeiro que, no mundo, /Nas ondas vela pôs em seco lenho! /Dino da eterna pena do Profundo, /Se é justa a justa Lei que sigo e tenho! /Nunca juízo algum, alto e profundo, /Nem cítara sonora ou vivo engenho /Te dê por isso fama nem memória, /Mas contigo se acabe o nome e glória! /103. «Trouxe o filho de Jápeto do Céu /O fogo que ajuntou ao peito humano, /Fogo que o mundo em armas acendeu, /Em mortes, em desonras (grande engano!)/ Quanto melhor nos fora, Prometeu, /E quanto pera o mundo menos dano, /Que a tua estátua ilustre não tivera /Fogo de altos desejos, que a movera! /104. «Não cometera o moço miserando /O carro alto do pai, nem o ar vazio/ O grande arquitecto co filho, dando /Um, nome ao mar, e o outro, fama ao rio. /Nenhum cometimento alto e nefando /Por fogo, ferro, água, calma e frio, /Deixa intentado a humana geração. /Mísera sorte! Estranha condição!»

O Velho do Restelo entrou na linguagem popular como símbolo dos pessimistas e dos descrentes, ou daqueles que têm como prioridade evitar a dor das mulheres, a instabilidade da família, os reveses nos negócios. E não só na *vox populi*: com algumas poucas especificidades, vemos que esta linha foi a de, sobre todos, António Sérgio, acompanhado, embora com menos profundidade de análise, por Óscar Lopes, António José Saraiva, Hernâni Cidade, George Le Gentil, Luís de Sousa Rebelo, entre outros. A propósito dos comentários sobre este episódio e sobre **Os Lusíadas** em geral, Borges de Macedo, em texto de 1977, afirmava os «ideólogos pela matriz» guardavam habitualmente enorme «rancor progressista por Camões»².

Mas voltemos à valoração que Borges de Macedo faz do episódio do Velho do Restelo, recuando para o contexto.

Numa lição proferida a 6 de Junho de 1980 na Academia Portuguesa da História, Borges de Macedo questiona-se sobre a existência de um pensamento político camoniano.

«E que História de Portugal nos apresenta Camões no seu Poema? Uma história triunfalista? Uma realeza infalível? Um plano das Índias? Uma chefia sem fraquezas e sem riscos? Um caminho sem alternativas? Nada disso. Luís de Camões é um daqueles intelectuais que, ao ter de escolher, escolhe uma ética de responsabilidade, pondo de lado a ética da convicção [...]. A imagem que ressalta da problemática de *Os Lusíadas* é profunda e cheia de alusões críticas, que o seu tempo entende bem, se lermos o Poema e o entendermos no contexto da sua realidade histórica. Qual era então a realidade de Portugal e da Europa, no tempo de Camões? Acaso Camões a ilude ou a descreve com nuvens cor-de-rosa? Acaso Camões tem ilusões sobre a capacidade dos quadros portugueses da Índia? Acaso considera ou manifesta, perante o público leitor português, uma imagem idílica ou suave sobre o mundo que nos rodeia? Acaso deixa alguma vez de chamar a atenção para a responsabilidade dos cristãos e dos portugueses no tempo das Descobertas? Tem Camões alguma responsabilidade na interpretação que sobre o século XVI fizeram ou fazem os Portugueses? Eis o que não se pode dizer».

Mais adiante, afirma que o projecto da Índia constituiu um «tremendo choque para a Europa» e que Camões teve consciência desse choque, o qual ficou plasmado no episódio do Velho do Restelo. Assim, Borges de Macedo considera o Velho, não um «pobre medroso e acomodaticio», mas sim «voz de um projecto inacabado frente a outro que se ia consumir».

*

Como atrás dissemos, Borges de Macedo retoma de forma muito explícita, com esta interpretação do Velho, um tema que lhe era especialmente grato, ou seja, a responsabilidade que, em cada tempo, a todos (como indivíduos e como povo) cabe de «escolher caminhos», «de os realizar e de assumir as consequências que daí resultam». Desta vez a escolha era a Índia e o desafio a capacidade de a governar. A finalidade do projecto será o posicionamento de Portugal dentro da cristandade com uma nova capacidade geopolítica frente ao Islão.

A problemática da capacidade para governar a Índia, acha-se na Última Lição atrás referida (MACEDO, 1995: 12-13), onde volta a usar a expressão «exportação do Estado»:

«Pela primeira vez, desde Roma, a Europa vai exportar Estado, vai exportar poder organizado [...]. Conhecendo o modo de o fazer? Tendo a segurança do lugar escolhido? Contando com a experiência da transferência do poder político? Conhecendo bem os centros estratégicos e económicos do Índico? Nada disso. O relato que nos é dado em todas as fontes portuguesas sobre a Índia nada tem de triunfalista, antes pelo contrário».

Nas considerações sobre o Império português do Oriente Camões segue as dúvidas e críticas dos seus contemporâneos, do mesmo modo que comunga da opinião de Garcia de Resende, Gaspar Correia ou João de Barros sobre a situação interna da Europa: não ignora «as tensões internas que nela existem e não esconde a consciência da fraqueza que daí resulta e a necessidade de se preparar para as mais difíceis amarguras». Coube pois a Jorge Borges de Macedo realçar, de modo notável, o que o poeta assinalou.

Das inúmeras questões que então exigiam soluções por parte do rei (como cabeça de todo o povo), destacamos, na senda de Camões: em primeiro lugar, como governar tão vastos espaços; em segundo lugar, como gerir o prejuízo - material e, também, emocional - dos que ficam no reino *inicial*; por fim, o islão, como força religiosa e geopolítica.

É altura de escutar os «projectos de Portugal em vozes cruzadas», projectos que, reconhecidos por Borges de Macedo, tinham ganho voz, entre outros, em Zurara e em Camões: mais do que reminiscências ou ressignificações (cito expressões do agrado de alguma historiografia brasileira) devemos falar, como já disse, de constantes da história e da historiografia portuguesas.

De facto, as questões atrás enumeradas estão presentes com grande intensidade na obra de Gomes Eanes de Zurara, a qual, como se sabe, foi usada por Camões como fonte em **Os Lusíadas**; Zurara, cronista apaixonadamente relido e redescoberto por Borges de Macedo, como sabemos por testemunho pessoal.

Começemos por abordar a dificuldade, premente no tempo de Camões, de um governo eficaz para a Índia. Governo à distância, sustentado pela lealdade ao rei. Camões usou o artifício de colocar na boca das gentes de Melinde a certeza do grande poder de D. Manuel pelo facto de as suas instruções serem acatadas pelo Gama. Voltaremos ao assunto mais adiante.

A esse governo que Portugal terá de efectuar em inúmeras paragens geográficas chamará Borges de Macedo «exportação do estado», conceito (porventura) usado pela primeira vez em Abril de 1991³ e retomado na sua Última Lição, em Dezembro desse mesmo ano: governo que exige obediência à distância sustentada pela lealdade, mas também elementos mais mensuráveis, como sejam a capacidade de adaptação das instituições de origem às delongas nas respostas às consultas junto do rei ou dos seus

oficiais, distância que exige também adaptação a diversas circunstâncias de enquadramento geopolítico, económico e sociológico.

A existência de Portugal como reino de fronteira descontínua tem uma data para começar: 1415, com a conquista da praça de Ceuta (VENTURA, 2016). Os contemporâneos deram-se conta disso, tal como testemunha Gomes Eanes de Zurara. Entre as objecções apresentadas ao rei e aos infantes por muitos, desde homens do conselho do rei até à gente comum, - objecções que D. João I assume como válidas e quis ver resolvidas - está o facto de, entre o reino e a praça em intenção de conquista, ser grande a distância e, sobretudo, haver mar de premeio. Efectivamente, todas as acções que envolvessem o mar eram sempre consideradas muito mais perigosas: asserção, aliás, que consta nas disposições sobre o estatuto do Almirante, de inspiração dionisina, reformuladas nas **Ordenações Afonsinas (O. A.: I, 54, 1)** e que os homens do conselho geral de D. João I, convocados após a tomada da praça de Ceuta, lembram: qualquer auxílio só poderia chegar por mar, sujeito aos caprichos do vento, a naufrágios ou a ataques de corsários (ZURARA, 1915: XII, 39).

Mas – dizemos nós – das costas do Algarve a Ceuta eram, então, para ir e vir, uns dez dias de viagem. Objectivamente é muito pouco, comparando com os largos meses da carreira da Índia – da experiência camoniana - ou da travessia para o Brasil. Contudo, a quantificação objectiva não é aqui aplicável, pois o que importa será, não só a evolução tecnológica dos navios, mas também a banalização do percurso e mesmo da separação. Poderemos mesmo usar o conceito de «geografia do tempo» (Torsten Hägerstrand) e manejá-lo de forma a que seja operacional no plano da análise histórica. Por isso é significativo que D. João I, antes de regressar, faça apelo à «obediência de nosso Senhor Jesu Christo e da coroa de meu rregno» (ZURARA, 1915: LRVII, 258) e confie a praça a essa dupla obediência.

A obediência ao rei ausente e à entidade abstracta que é a «coroa do reino» será a chave da coesão política do reino que, em 1415, começou a ser disperso e descontínuo. E assim, de Ceuta, voltamos novamente à já referida relação essencial entre obediência e coesão política, apesar da distância entre rei e súbditos, que Camões coloca na boca da gente de Melinde como elogio a D. Manuel (**Os Lusíadas: II, 85**)?

Depois, e como consequência da distância, as lágrimas e as saudades antecipadas de quem fica. O episódio do Velho do Restelo é precedido pela descrição das lamentações dos que permaneciam na praia do Restelo (sobretudo das mulheres)

enquanto se afastava a armada do Gama. Saudade, antecipação da dor e dos prejuízos morais e materiais, aliás muito mais explorados na descrição de Zurara, quer antes da partida para Ceuta (ZURARA, 1915: LI), quer entre os homens – «gente de baixa condição» - que, a contragosto, iriam permanecer na praça (ZURARA, 1988: X). Todas as lamentações e argumentos registados por Zurara encontram eco na fala do Velho. Mas na **Crónica da Tomada de Ceuta**, essas objecções, depois de expostas ao rei pelos próprios membros do Conselho, são superadas pelo apelo à linhagem dos portugueses, herdeiros dos godos que haviam expulsado os muçulmanos da península; em **Os Lusíadas**, a partida do Gama e dos seus, sem olhar para traz, comprova que obedecem a um mandato régio.

*

E entramos na questão última que é o Islão, questão cada vez mais premente no tempo de Camões. A intenção de alcançar a Índia por mar tem também a ver o combate global ao sarraceno. Na primeira metade do séc. XVI o império otomano avançava até ao coração da Europa Central e é esta a angustiada vivência de Camões, pois a batalha de Lepanto, em 1571, não está incluída na situação presente no poema. Camões instiga D. Sebastião à luta contra os muçulmanos, frisando a continuidade dessa luta em todos os momentos da História de Portugal: recorda-lhe que Portugal nasceu dessa luta e que sempre a integrou como plano essencial dos seu projecto de afirmação como reino. Então, na segunda metade do século, o apelo renova-se, tanto mais que a Europa fragmentada pela chamada reforma protestante e pela aliança com o turco levada a cabo pela França, está sem capacidade de reacção perante esse perigo. Camões faz, pois, o apelo ao rei de Portugal como único soberano capaz de se opor ao islão. Ignora a Espanha, ou seja, deseja que a defesa da cristandade seja obra de Portugal ou, pelo menos, com Portugal na vanguarda.

Nada de novo... e voltamos a Zurara cujas obras aqui referidas foram escritas uma dezena depois de uma outra empresa, a conquista de Tânger, a qual, embora tragicamente falhada, se insere no mesmo plano geoestratégico. Foi este plano uma das múltiplas razões para a conquista de Ceuta: antes de qualquer reino da cristandade, sobretudo antecipando-se a Castela, que, como é sabido, reivindicava para si, como herdeira dos visigodos, a exclusividade da conquista do norte de África⁴. Mas o imbricamento entre Portugal e Castela nos planos de conquista no norte de África, não consta do discurso do Velho do Restelo, ainda que conste do projecto imperial de D.

Manuel. Regressemos ao texto. O que lá está é o desafio, ou a interpelação, de não ir tão longe e com tantos custos combater os sarracenos, pois eles estão bem perto da nossa porta; deveríamos começar a combater os que estão perto, com muito menos custos de homens e de dinheiro: «Não tens junto contigo o Ismaelita», pergunta o Velho. O ismaelita era o mouro do norte de África, o mesmo que dominava Viena desde 1526 e o mediterrâneo, através de Chipre, desde 1570.

Essa dicotomia no direcionamento da guerra contra o muçulmano encontramos formulada nos debates sobre a conquista de Ceuta, tendo em conta que o Islão, afinal, se encontrava ainda na península ibérica, no reino nazarí de Granada. Todo este debate, que ultrapassa o religioso (sobre este D. João I tinha tido o cuidado de assegurar a legitimidade da guerra) está registado por Zurara, desde os primeiros alvitres sobre a conveniência de uma expedição contra os mouros. Porque não contra o reino de Granada? É D. Nuno Álvares Pereira que a desaconselha, pois, vencidos os mouros de Granada, os castelhanos ficariam disponíveis para, de novo, tentar a invasão de Portugal... Repare-se como o Condestável tem clara visão das pedras e doas jogadas do xadrez político peninsular, no qual a alternativa do *perto - longe* é logo colocada na empresa de Ceuta, permanecendo como debate, enfim, sobre a melhor estratégia da defesa de Portugal e do seu posicionamento na cristandade.

Assim, e também com Castela no horizonte, a alternativa que mencionámos foi colocada nas vésperas da expedição a Tânger. O testemunho é de D. Duarte (DUARTE, 1998: XVII), ao responder à dúvida que pairava por entre os mouros e, quiçá, na corte, entre os conselheiros:

«E sobre'ela [a guerra dos mouros] eu vi fazer ãa questom que por eles se dizia seer feita em esta guisa. Diziam: por que razom fariamos contra eles peleja, ou moveriamos guerra, pois soportavamos antre nós viverem judeus e outros mouros taes como eles? Ca se todos aqueles primeiro matassemos, ou tornassemos a nossa lei, razoado lhes parecia que os guerreássemos, mas soportar estes, e matar eles, por lhes ocupar e filhar as terras, nom pareceria justamente feito»

A explicação dada por D. Duarte é esta: vencidos militarmente e substituído o poder político, os muçulmanos não poderiam travar a pregação do evangelho e poderiam, se assim o desejassem, converter-se ao cristianismo. Explicação global, com enfoque na questão religiosa, como não poderia deixar de ser no séc. XV, como no século XVI.

É quase certo que Camões, como os seus contemporâneos, desconheciam o manuscrito do **Leal Conselheiro**, embora mencionado por Rui de Pina em meados do séc. XV. Mas a questão subjacente, a que chamamos estratégia geopolítica de continuidade, é a mesma que preside a sucessivas e frustradas convocatórias papais para a guerra contra o turco antes e após a queda de Constantinopla, assim como – para referir também uma iniciativa do âmbito temporal, a também inoperante *congregatio concordiae* lançada pelo rei Jorge da Boémia em 1465.

No que concerne a Portugal, uma e outra vez, se insiste, na acção e na reflexão historiográfica, em que a segurança do território, integrado na cristandade ameaçada pelo islão, não se joga junto da fronteira geográfica do reino do Algarve - no *aquém mar*, - mas no *além mar*, cada vez mais longe.

Usando o conceito gizado por Adriano Moreira, podemos dizer que muito visivelmente desde o reinado de D. João I se percebe que a «fronteira de interesses» do Portugal medieval não coincide com a que ficou definida em Alcanizes, em 1297, fronteira de interesses no espaço europeu e, em particular, no espaço do atlântico norte (VENTURA, 2009). Mas a esse espaço acrescenta-se, com grande acuidade desde o tempo de D. João I, o espaço detido religiosa, política e militarmente, pelos muçulmanos. A fronteira de interesses de Portugal é tão alargada quanto os territórios e as rotas comerciais detidos pelos muçulmanos. Para vencer, não basta destruir o inimigo que está à porta, onde quer que se situe essa porta...

*

É tempo de acabar. Como tributo às minhas próprias dúvidas, tanto quanto ao legado de Borges de Macedo, permitam-se concluir com a reflexão que Zurara regista como palavras de D. João I, logo no início do processo decisório sobre Ceuta (ZURARA, 1915: X):

«Porque as duvidas trazem muitas vezes azo pera que a cousa seja melhor entendida, e por ello tem os velhos mestres em custume de mouerem grandes e muitas questões aos seus novos desçipollos. porque o trabalho que elles tomam a buscar as prouações traz grande acreçentamento aa sua sabedoria»

Entre o notável legado de teoria e de filosofia da História deixado por Borges de Macedo, está certamente a insistência na busca de alternativas, na recusa do determinismo na história vivida e, portanto, na interpretação e registo dessa

mesma história. Trata-se, pois, na insistência no real, sim, mas também no possível, como método para desconstruir uma história sequencial feita de inevitabilidades. Borges de Macedo detectou isso em Zurara, que tanto o fascinava, e em Camões, nomeadamente neste episódio do Velho do Restelo, sobre o qual o cronista, o épico e o mestre cruzaram diacronicamente o olhar pelos projectos que, enquanto estado-nação, temos ou não temos: um olhar de grandeza sobre (cito ainda Borges de Macedo) as «condições da esperança».

Referências Bibliográficas

- CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Leitura, Prefácio e Notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro, 4.ª ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Camões, 2000.
- DUARTE, Dom. **Leal Conselheiro**. Ed. Crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- ESTUDOS EM MEMÓRIA DO PROFESSOR DOUTOR MÁRIO DE ALBUQUERQUE** (Coord. Ruy de Albuquerque). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.
- MACEDO, Jorge Borges de. The portuguese model of state exportation. In: **The Heritage of the pre-industrial European state**. Lisboa: Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1996.
- MACEDO, Jorge Borges de. A sociedade portuguesa no tempo de Camões. In **CLIO – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa**, Lisboa: 1995, 9-14.
- MACEDO, Jorge Borges de. Pode falar-se em pensamento político camoniano? In **Boletim da Academia Portuguesa da História**, vol. 44 (1980). Lisboa, 1991: 144-145.
- MACEDO, Jorge Borges de. **Os Lusíadas e a História**. Lisboa: Editorial Verbo, 1979.
- MACEDO, Jorge Borges de. As condições da esperança. Sep. de **Resistência**, nº 169/172, Março/Abril 1978.
- MACEDO, Jorge Borges de. Os Lusíadas em Jacob Bukhardt, In **Resistência**, nº 153/156, Lisboa, Julho/Ag. 1977: 117-120.
- MACEDO, Jorge Borges de. **Os Lusíadas, narrativa histórica comentada**, sep. das **Actas da I Reunião Internacional de Camonistas**. Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de “Os Lusíadas”, 1973.
- MACEDO, Jorge Braga de (Org.). **Jorge Borges de Macedo: saber continuar. A experiência histórica contemporânea. Comemorações do Legado Bibliográfico**. Lisboa: Instituto Diplomático. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.

- VENTURA, Margarida Garcez. Ceuta, 1415. Portugal em fronteira descontínua. In: **Raízes Medievais do Brasil Moderno. Do Reino de Portugal ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves** (Coord. Manuela Mendonça e Maria de Fátima Reis). Lisboa: Academia Portuguesa História, 2016, 315-333.
- VENTURA, Margarida Garcez. Sobre as fronteiras de Portugal na 1^a metade do século XV, In: **VI Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas**, 2 Vols, s. l.: 2009, Vol. II: 159-167.
- VENTURA, Margarida Garcez. Jorge Borges de Macedo, camonista. In **Fim do Milénio, VII e VIII Fóruns Camonianos**. Lisboa: Colibri, 2001: 133-143.
- ZURARA, Gomes Eanes de Zurara. **Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes**. Reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Porto, 1988.
- ZURARA, Gomes Eanes de Zurara. **Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I**. Publicada por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

¹ Usamos a edição de **Os Lusíadas** que Borges de Macedo considerava mais fiável: a de Costa Pimpão. Apesar de estar *on line*, julgamos proveitosa para o leitor a inclusão do «episódio».

² Os Lusíadas em Jacob Bukhardt, In **Resistência**, Ano X, n.ºs 153/156, Lisboa, Julho/Ag. 1977:117-120; 2^a versão do estudo (que citamos) em **Os Lusíadas e a História**, 14-15. Não queremos escamotear estas tão acintosas afirmações, pois, situadas num tempo muito particular da história recente de Portugal, fazem parte do perfil de Borges de Macedo.

³ Em colóquio realizado na Torre de Tombo (MACEDO, 1996). Note-se que o A. aponta as ilhas atlânticas como local da primeira “exportação do Estado”.

⁴ Também a expedição a Tânger, para além de outras muitas intensões, visava marcar uma vez mais o direito e o comando da luta contra o islão no Benamarim, mau grado as reivindicações castelhanas de que D. Alonso de Cartagena foi porta voz no concílio de Basileia em 1436.